

STJ00096197

**Fernando Noronha**

Professor aposentado da Universidade Federal  
de Santa Catarina.

A rectangular box with a double-line border, containing the title text.

**DIREITO  
DAS  
OBRIGAÇÕES**

4ª edição, revista e atualizada  
(em especial na parte relativa à perda de chances)

**2013**

The logo for Editora Saraiva, featuring a stylized open book icon to the left of the text.

**Editora  
Saraiva**

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP  
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACJUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesso: www.saraivajur.com.br

#### FILIAIS

##### AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 – Centro

Fone: (92) 3633-4227 – Fax: (92) 3633-4782 – Manaus

##### BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 23 – Brotos

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 – Salvador

##### BAURU (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Clara, 2-55/2-57 – Centro

Fone: (14) 3234-5643 – Fax: (14) 3234-7401 – Bauru

##### CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 – Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 – Fortaleza

##### DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 – Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 – Brasília

##### GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 – Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 – Goiânia

##### MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 – Centro

Fone: (67) 3382-3682 – Fax: (67) 3382-0112 – Campo Grande

##### MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 – Lagoinha

Fone: (31) 3429-8300 – Fax: (31) 3429-8310 – Belo Horizonte

##### PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 – Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 – Belém

##### PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 – Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 – Curitiba

##### PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 – Boa Vista

Fone: (81) 3421-4244 – Fax: (81) 3421-4510 – Recife

##### RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 – Centro

Fone: (16) 3610-5843 – Fax: (16) 3610-8284 – Ribeirão Preto

##### RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 – Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 – Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565 – Rio de Janeiro

##### RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 – Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

##### Porto Alegre

##### SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 – Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 – São Paulo

197.238.004.001

961849

ISBN 978-85-02-20319-8

Noronha, Fernando

Direito das obrigações : Fernando Noronha. – 4. ed.,  
rev. e atual. – São Paulo : Saraiva, 2013.

I. Obrigações (Direito) 2. Responsabilidade (Direito) I.  
Título. II. Título : Fundamentos do direito das obrigações. III.  
Títulos. Introdução à responsabilidade civil.

CDU-347.4

Índice para catálogo sistemático:

I. Direito das obrigações : Direito civil 347.4

*Diretor editorial* Luiz Roberto Curia

*Gerente de produção editorial* Lúcia Alves

*Assistente editorial* Álvaro Akinaga Cordeiro

*Produtora editorial* Clarissa Boraschi Maria

*Preparação de originais* Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Albertina Piva

*Arte e diagramação* Cristina Aparecida Agudo de Freitas

Lais Soriano

*Revisão de provas* Rita de Cássia Queiroz Gorgati

Ivani A. M. Cazarim

Williams Calazans de Vasconcelos de Melo

*Serviços editoriais* Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

*Capa* IDÉE arte e comunicação

*Produção gráfica* Matli Rompim

*Impressão* RR Donnelley

*Acabamento* RR Donnelley

968199

Data de fechamento da edição: 26-2-2013

Dúvidas?

Acesso [www.saraivajur.com.br](http://www.saraivajur.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida  
por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da  
Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na  
Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

# ÍNDICE

## PARTE I FUNDAMENTOS DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

### CAPÍTULO 1

#### A OBRIGAÇÃO E O DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

1.1.	Noção de obrigação .....	23
1.1.1.	Acepções amplas .....	23
	a) A obrigação como dever social .....	24
	b) A obrigação como dever jurídico .....	27
1.1.2.	Sentido restrito, ou técnico: a obrigação como especial relação jurídica .....	28
1.1.3.	Obrigação, crédito e débito .....	33
1.1.4.	Elementos constitutivos, conteúdo e função da obrigação .....	34
	a) Elementos constitutivos da obrigação .....	35
	b) Conteúdo da obrigação .....	35
	c) Finalidade da obrigação .....	36
1.2.	O credor e o devedor, sujeitos da obrigação .....	36
1.2.1.	Os sujeitos da obrigação.....	36
1.2.2.	Sujeitos e partes.....	37
1.2.3.	Efeito relativo das obrigações .....	38
1.3.	O interesse do credor, finalidade da obrigação .....	39
1.3.1.	O interesse do credor na obrigação .....	39
1.3.2.	Tripartição das obrigações segundo os interesses tutelados .....	41
1.3.3.	Interesses patrimoniais e não patrimoniais.....	42
1.3.4.	Limites à realização do interesse do credor: a função social da obrigação .....	45
	a) Noção de função social .....	45

	b) Evolução da função social das obrigações.....	48
	c) A função social no atual Direito das Obrigações .....	49
1.4.	A prestação debitória, objeto da obrigação.....	55
1.4.1.	A prestação debitória.....	55
	a) Noção .....	55
	b) Objeto mediato e imediato da obrigação .....	56
	c) Obrigações de prestação de coisa, de fato e de quantia.....	57
1.4.2.	Requisitos da prestação debitória.....	59
1.4.3.	Patrimonialidade ou não da prestação .....	60
	a) A doutrina tradicional .....	60
	b) Crítica da doutrina tradicional .....	61
	c) Orientação moderna.....	62
	d) Orientação adotada .....	63
1.5.	O crédito e o débito, conteúdo da obrigação .....	70
1.5.1.	Conteúdo da obrigação.....	70
1.5.2.	O crédito como direito subjetivo comum (ou típico); sua distinção dos poderes-deveres e direitos potestativos.....	71
	a) Direitos subjetivos propriamente ditos (ou comuns)..	74
	b) Direitos potestativos.....	76
	c) Poderes-deveres .....	83
1.5.3.	O crédito como direito relativo (ou pessoal); sua dis- tinção dos direitos absolutos .....	84
1.5.4.	O débito; sua distinção dos ônus jurídicos.....	88
1.6.	Obrigação simples e relação obrigacional complexa.....	91
1.6.1.	Relação obrigacional: simples e complexa .....	92
1.6.2.	Conteúdo da relação obrigacional complexa, ou sistêmica.....	98
	a) Deveres primários (principais), secundários (aces- sórios) e fiduciários (anexos).....	99
	b) Espécies de deveres fiduciários: de cuidado, in- formação, assistência e lealdade .....	104
1.6.3.	Relação obrigacional complexa e posição jurídica .....	107

1.7.	Importância das obrigações .....	108
1.7.1.	Importância social .....	108
1.7.2.	Importância prática.....	112
1.7.3.	Importância teórica.....	112
1.8.	Fatores da evolução do Direito das Obrigações.....	116
1.8.1.	Direito e sociedade .....	116
1.8.2.	A evolução do método jurídico: da jurisprudência dos conceitos à dos valores (ou dos princípios) .....	122
1.8.3.	Direito, normas, princípios e valores.....	126
1.8.4.	Tendências modernas do Direito das Obrigações.....	132
1.9.	O Direito das Obrigações no Código Civil de 2002 .....	140
1.10.	Normas reguladoras do Direito das Obrigações .....	146
1.10.1.	Dispersão das normas de Direito das Obrigações pelo Código Civil, por leis avulsas e pela jurisprudência ....	146
1.10.2.	Reflexos da estrutura do Código Civil no estudo do Direito das Obrigações .....	148

## **CAPÍTULO 2**

### **TUTELA JURÍDICA DO CRÉDITO**

2.1.	Responsabilidade do devedor e tutela do credor.....	151
2.1.1.	Débito e responsabilidade .....	151
2.1.2.	Crédito e tutela do credor .....	153
2.1.3.	Concepções unitária e dualista da obrigação.....	158
2.2.	As modalidades de tutela jurídica.....	164
2.2.1.	Evolução histórica .....	164
2.2.2.	Tutela preventiva e executiva do crédito; providências pessoais e patrimoniais .....	170
2.3.	Medidas de tutela executiva .....	171
2.3.1.	Providências patrimoniais: a execução forçada.....	171
2.3.2.	Providências pessoais .....	174
	a)Prisão civil por dívidas.....	176
	b)Multas cominatórias.....	189

2.4.	Medidas de tutela preventiva .....	199
2.4.1.	Em que consistem.....	199
2.4.2.	Medidas conservatórias da garantia patrimonial .....	200
	a)Ações revocatórias .....	200
	b)Ações sub-rogatórias e ação direta .....	202
	c)Medidas cautelares.....	206
2.4.3.	Vencimento antecipado de obrigações .....	207
2.4.4.	Autotutela preventiva de créditos .....	208
	a)Exceções do contrato não cumprido e de insolvência da contraparte .....	208
	b)Direito de retenção.....	209
2.5.	Garantias das obrigações e privilégios creditórios.....	212
2.5.1.	Garantia geral das obrigações e garantias especiais.....	212
2.5.2.	Garantias pessoais .....	213
2.5.3.	Garantias reais .....	216
	a)Penhor .....	217
	b)Hipoteca.....	218
	c)Anticrese .....	218
2.5.4.	Privilégios creditórios.....	219
2.5.5.	Supergarantias, ou garantias reais impróprias.....	222
	a)Alienação fiduciária em garantia .....	226
	b)Leasing financeiro.....	230
2.6.	Graduação de créditos.....	233
2.6.1.	Nos processos de falência e insolvência.....	233
	a)Noção de falência e insolvência.....	233
	b)Graduação de créditos na falência e na insolvência .	235
2.6.2.	Nos processos de execução singular .....	237

### **CAPÍTULO 3**

#### **AS OBRIGAÇÕES EM FACE DOS DEVERES DE PRESTAR NÃO JURÍDICOS: AS OBRIGAÇÕES NATURAIS**

3.1.	Caracterização da obrigação natural .....	239
3.1.1.	Primeira noção de obrigação natural.....	239

3.1.2.	Concepção clássica: a obrigação natural é obrigação sem ação .....	241
3.1.3.	Características essenciais da obrigação natural.....	243
	a)Inexistência de coercibilidade.....	244
	b)Limitada relevância do adimplemento da obrigação natural .....	244
3.1.4.	Concepção moderna: a obrigação natural é dever extrajurídico .....	247
3.2.	Importância prática .....	253
3.3.	Categorias de obrigações naturais.....	254
3.3.1.	Obrigações de conteúdo moral e de trato social.....	254
3.3.2.	Obrigações de trato social: jogos tolerados.....	255
3.3.3.	Obrigações fundadas em imperativos morais.....	258
	a)Obrigações degeneradas.....	258
	b)Obrigações frustradas .....	259
	c)Obrigações de consciência.....	261
3.4.	Problemas especiais .....	265
3.4.1.	Formalidades do adimplemento .....	265
3.4.2.	Espontaneidade do adimplemento.....	266
3.4.3.	Confirmabilidade de obrigação natural .....	268
	a)Dívidas de jogo e aposta .....	268
	b)Obrigações naturais fundadas em imperativos morais .....	269
3.4.4.	Constituição de garantias da obrigação natural.....	273
	a)Dívidas de jogo e aposta .....	273
	b)Obrigações que correspondem a imperativos morais.....	273
	c)Fianças de mútuos concedidos a menores .....	275
3.4.5.	Desleal assunção de compromissos sem validade jurídica.....	277

## **CAPÍTULO 4**

### **O DIREITO DAS OBRIGAÇÕES EM FACE DE OUTROS DIREITOS: DAS COISAS, DE EMPRESA, DO CONSUMIDOR E DO TRABALHO**

4.1.	O Direito das Obrigações no âmbito do direito privado .....	279
------	---	-----

4.2.	As obrigações e os direitos reais.....	284
4.2.1.	Patrimônio e direitos patrimoniais .....	284
	a)Esfera jurídica e patrimônio.....	284
	b)Patrimônios global, bruto e líquido.....	285
	c)Patrimônios especiais (ou de afetação).....	286
4.2.2.	Os direitos reais.....	294
	a)Noção de direito real.....	294
	b)Propriedade e direitos reais sobre coisa alheia .....	295
	c)Direitos reais de gozo, de garantia e de aquisição ..	296
4.2.3.	Os direitos reais de aquisição.....	297
	a)Direito do promitente comprador de imóvel com compromisso irretroatável .....	298
	b)Direito real de preferência .....	302
	c)Retrovenda .....	305
4.3.	Diferenças entre direitos reais e de crédito.....	306
4.3.1.	Diferenças funcionais e estruturais .....	306
4.3.2.	Principais diferenças estruturais.....	307
	a)Direito real: aderência à coisa. Crédito: relação entre pessoas .....	307
	b)Direito real: absolutidade. Crédito: relatividade.....	308
	c)Direito real: sequela e prevalência .....	310
	d)Direito real: tipicidade. Crédito: liberdade de criação .....	312
	e)Conclusão.....	314
4.3.3.	Outras características distintivas .....	314
4.4.	Pontos de contato entre direitos reais e de crédito.....	316
4.4.1.	Introdução.....	316
4.4.2.	Direitos reais de garantia e supergarantias .....	316
4.4.3.	Obrigações reais .....	317
4.4.4.	Ônus reais.....	320
4.4.5.	Direitos reais de aquisição.....	323
4.4.6.	Obrigações com eficácia real; a locação predial .....	325
4.4.7.	Privilégios creditórios especiais e direito de retenção	331
	a)Privilégios creditórios especiais.....	332



	b)Direito de retenção.....	333
4.5.	O Direito das Obrigações e os Direitos de Empresa, do Trabalho e do Consumidor.....	335
4.5.1.	O Direito das Obrigações como direito comum; os Direitos de Empresa, do Trabalho e do Consumidor como direitos especiais.....	335
4.5.2.	As obrigações e o Direito de Empresa.....	340
	a)Surgimento do Direito Comercial e suas especificidades.....	340
	b)Diluição das especificidades: a comercialização do Direito das Obrigações.....	345
	c)O atual Direito de Empresa.....	346
4.5.3.	As obrigações e o Direito do Trabalho.....	347
	a)Surgimento e especificidades do Direito do Trabalho.....	347
	b>Influência do Direito do Trabalho no das Obrigações.....	350
4.5.4.	As obrigações e o Direito do Consumidor.....	353
	a)Surgimento e especificidades do Direito do Consumidor.....	353
	b)Importância do Direito do Consumidor.....	360
	c)Ideias fundamentais do Direito do Consumidor e sua influência no das Obrigações.....	362

## CAPÍTULO 5

### FONTES DAS OBRIGAÇÕES

5.1.	Fontes das obrigações.....	365
	5.1.1. Lei não é fonte.....	365
	5.1.2. Fonte é sempre um fato jurídico.....	367
5.2.	Categorias dos fatos jurídicos (jurígenos).....	368
	5.2.1. Fatos jurídicos (jurígenos) e ajurídicos.....	368
	5.2.2. Os fatos antijurídicos.....	369
	5.2.3. Classificação dos fatos jurígenos (jurídicos, <i>lato sensu</i> ).....	372
	5.2.4. Fatos jurídicos e atividade jurídica.....	377
5.3.	Fatos jurídicos em sentido estrito.....	377

5.4.	Atos ilícitos.....	382
5.4.1.	Ilicitude: acepção ampla (ilicitude objetiva) e restrita (ilicitude subjetiva).....	382
5.4.2.	Antijuridicidade e culpabilidade .....	387
	a)A antijuridicidade .....	388
	b)A culpabilidade.....	391
5.4.3.	O abuso de direito.....	392
5.5.	Atos justificados .....	395
5.5.1.	Noção .....	395
5.5.2.	Os atos justificados mais importantes .....	396
	a)Estado de necessidade.....	396
	b)Legítima defesa.....	398
	c)Cumprimento de dever legal .....	399
	d)Exercício regular de direito.....	399
	e)Consentimento do ofendido .....	400
	f) Outras causas justificativas .....	400
5.6.	Atos jurídicos (em sentido estrito).....	401
5.6.1.	Noção. Modalidades.....	402
5.6.2.	Atos reais, ou atos-fatos .....	404
5.6.3.	Atos quase negociais (ou atos jurídicos lícitos) .....	406
5.7.	Negócios jurídicos .....	408
5.7.1.	Breve caracterização.....	409
5.7.2.	Negócio jurídico e autonomia privada .....	413
5.7.3.	Negócio jurídico, ato jurídico e ato quase negocial .....	415
5.7.4.	Existência, validade e eficácia do negócio jurídico....	418
5.7.5.	Importância do negócio jurídico .....	421
5.8.	A atividade jurídica.....	421
5.8.1.	A atividade e sua importância .....	422
5.8.2.	A gestão de negócios, exemplo de atividade.....	425
5.9.	Fatos geradores de obrigações .....	427
	a)Negócios jurídicos .....	427
	b)Atos ilícitos .....	428
	c)Fatos jurídicos.....	428
	d)Atos jurídicos.....	429

e) Atos justificados.....	429
f) Atividades .....	430
5.10. Inviabilidade de classificação das obrigações a partir de suas fontes.....	430

## **CAPÍTULO 6**

### **TRIPARTIÇÃO FUNDAMENTAL DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES**

6.1. Classificação das obrigações, segundo as suas funções.....	435
6.2. Obrigações autônomas e não autônomas .....	436
6.2.1. Obrigações não autônomas.....	436
6.2.2. Obrigações autônomas .....	437
6.3. Tripartição fundamental: obrigações negociais, responsabilidade civil e enriquecimento sem causa.....	439
6.3.1. Três categorias de interesses do credor .....	439
6.3.2. As três categorias de obrigações .....	441
a) Obrigações negociais .....	441
b) Responsabilidade civil (em sentido estrito) .....	442
c) Enriquecimento sem causa.....	443
6.3.3. Síntese .....	444
6.4. Indicação de sequência. Necessidade de ressystematização didática do direito das obrigações.....	446

## **PARTE II**

### **RESPONSABILIDADE CIVIL (EM SENTIDO ESTRITO, OU GERAL)**

## **CAPÍTULO 7**

### **RESPONSABILIDADE CIVIL: CARACTERIZAÇÃO, PRESSUPOSTOS, MODALIDADES, EXCLUDENTES E EVOLUÇÃO**

7.1. Caracterização da responsabilidade civil.....	451
--	-----

7.1.1.	Acepções ampla e restrita; responsabilidade civil em sentido estrito e responsabilidade negocial .....	451
7.1.2.	Questões terminológicas .....	454
	a) Responsabilidade “contratual” e “extracontratual” ..	454
	b) Responsabilidade aquiliana, ou por atos ilícitos .....	455
7.2.	Fundamento e funções da responsabilidade civil .....	456
7.2.1.	Fundamento: princípios da culpa e do risco .....	456
7.2.2.	Funções: reparatória, sancionatória e preventiva .....	459
	a) Função reparatória .....	460
	b) Função sancionatória (ou punitiva) .....	461
	c) Função preventiva (ou dissuasora) .....	463
7.3.	Âmbito da responsabilidade civil .....	464
7.3.1.	Vastidão das lesões abrangidas .....	465
7.3.2.	Ofensas a direitos da personalidade .....	466
7.3.3.	Ofensas a direitos das coisas .....	467
7.3.4.	Ofensas a situações familiares geradoras de alimentos ..	467
7.3.5.	Ofensas a certas situações fáticas .....	468
7.3.6.	Violação de deveres impostos pelo princípio da boa-fé	470
	a) Indução culposa a contratar .....	473
	b) Responsabilidade pré-negocial (ou pré-contratual) ..	478
	c) Responsabilidade pós-negocial (ou pós-contratual)	479
	d) Responsabilidade supranegocial (ou supracon-	
	tratual) .....	480
	e) Violação de deveres fiduciários independentes de	
	relações negociais .....	481
7.3.7.	Tutela externa do crédito .....	485
7.4.	Pressupostos da responsabilidade civil .....	490
7.4.1.	Os pressupostos .....	491
7.4.2.	Fato antijurídico .....	493
7.4.3.	Nexo de imputação .....	495
7.4.4.	Dano .....	497
7.4.5.	Nexo de causalidade .....	499
7.4.6.	Lesão de bem protegido .....	500

7.4.7.	Prova dos pressupostos da responsabilidade civil. As presunções.....	501
7.5.	Modalidades da responsabilidade civil.....	507
7.5.1.	Responsabilidade subjetiva e objetiva.....	507
7.5.2.	Responsabilidade por fato próprio, por fato de outrem, pelo fato de coisa, de serviço ou de animal e responsabilidade grupal.....	514
7.6.	Direitos especiais da responsabilidade civil e regimes específicos.....	518
7.6.1.	Direitos especiais e regimes específicos.....	518
7.6.2.	Relações entre a responsabilidade civil geral e a negocial.....	523
7.6.3.	Responsabilidades profissionais.....	528
7.6.4.	Sistemas únicos de responsabilidade.....	529
7.7.	Responsabilidade civil, penal e disciplinar.....	532
7.7.1.	Distinção.....	532
7.7.2.	Hipóteses em que as responsabilidades penal e civil se tocam.....	535
	a) Casos tidos como “resquícios” da antiga confusão..	535
	b) Hipóteses atuais de associação entre punição e reparação.....	536
	c) Outras situações em que punição e reparação estão associadas.....	538
7.7.3.	Efeitos cíveis da sentença penal.....	540
	a) Sentença penal condenatória.....	541
	b) Sentença penal absolutória.....	543
7.8.	Excludentes da responsabilidade civil.....	544
7.8.1.	Indicação das excludentes.....	544
7.8.2.	Excludentes ligadas aos nexos de imputação e de causalidade.....	545
7.8.3.	Excludentes fundadas em dispositivos legais específicos.....	546
7.8.4.	As excludentes da prescrição e da decadência.....	547
7.8.5.	Cláusulas de exclusão e de limitação da responsabilidade.....	550

7.9.	Evolução da responsabilidade civil até ao Código Civil de 1916 .....	552
7.9.1.	Separação entre as responsabilidades penal e civil .....	552
7.9.2.	A <i>lex Aquilia de damno</i> e a introdução da ideia de culpa .....	554
7.9.3.	Formulação do princípio geral da “não responsabilidade sem culpa” e distinção entre “responsabilidade contratual” e “extracontratual” .....	557
7.9.4.	Concepções que influenciaram o Código Civil de 1916.....	559
7.10.	Desenvolvimentos contemporâneos da responsabilidade civil.	560
7.10.1.	Revolução industrial, agravação de riscos e valorização do ser humano .....	560
7.10.2.	Ampliação dos danos suscetíveis de reparação, objetivação e coletivização da responsabilidade .....	564
	a) A ampliação dos danos suscetíveis de reparação .....	566
	b) A objetivação da responsabilidade.....	567
	c) A coletivização da responsabilidade.....	568
7.10.3.	Consequências da ampliação dos danos reparáveis, da objetivação e da coletivização .....	569
7.10.4.	Influência do seguro de responsabilidade civil no desenvolvimento desta.....	571
7.11.	A responsabilidade civil no Código de 2002.....	573
7.12.	Indicação de sequência .....	576

## **CAPÍTULO 8**

### **DANO E NEXO DE CAUSALIDADE**

8.1.	O dano: caracterização e modalidades.....	579
8.1.1.	Caracterização do dano .....	579
8.1.2.	Danos à pessoa e a coisas. Danos corporais (ou biológicos) e anímicos (ou morais em sentido estrito).....	581
8.1.3.	Danos patrimoniais e extrapatrimoniais (ou morais em sentido amplo) .....	590
8.1.4.	Danos patrimoniais, danos corporais puros e danos morais puros (danos extrapatrimoniais) .....	594
8.1.5.	Danos individuais e coletivos (transindividuais).....	596

	a) Interesses transindividuais: difusos e coletivos.....	598
	b) Interesses individuais homogêneos.....	600
8.1.6.	Danos diretos e indiretos. Os danos por ricochete .....	602
8.1.7.	Danos presentes e futuros.....	603
8.1.8.	Danos certos e eventuais .....	605
8.1.9.	Outras classificações .....	608
	a) Danos previsíveis e imprevisíveis .....	608
	b) Danos próximos e remotos .....	610
8.2.	Nexo de causalidade entre fato e dano.....	611
8.2.1.	Dificuldades suscitadas por este pressuposto.....	611
8.2.2.	Condições e causas do dano .....	613
8.2.3.	As teorias da equivalência de condições e da causalidade necessária e o art. 403.....	614
	a) Teoria da equivalência de condições.....	614
	b) O art. 403 e o afastamento da teoria da equivalência de condições .....	619
	c) Teorias das condições mais relevantes. A causalidade necessária .....	622
8.2.4.	A teoria da causalidade adequada .....	627
	a) Caracterização da teoria.....	627
	b) Formulações positiva e negativa .....	628
	c) Formulação preferível .....	630
8.2.5.	A causalidade perante o direito constituído .....	635
8.2.6.	Conclusão sobre a causalidade.....	636
8.2.7.	Prova do nexos de causalidade.....	638
8.3.	Cabimento no âmbito de proteção da norma violada (ou lesão de bem protegido) .....	639
8.3.1.	Limitações das teorias da causalidade.....	639
8.3.2.	O âmbito de proteção da norma violada.....	640
8.4.	Fatos excludentes da causalidade .....	647
8.4.1.	Fato do lesado, de terceiro e caso fortuito ou de força maior.....	648
8.4.2.	Imprevisibilidade, irresistibilidade, externidade .....	652
8.4.3.	Distinção entre caso fortuito e força maior. Sua inutilidade prática .....	659

8.4.4.	Fatos excludentes da causalidade e excludentes da culpa .....	663
8.5.	O nexó de causalidade na responsabilidade objetiva agravada.	667
8.6.	Pluralidade de causas e de responsáveis .....	667
8.6.1.	Causalidade única e múltipla; autoria singular e plural; concorrência efetiva de causas .....	668
8.6.2.	Coautoria de fato danoso, ou causalidade plural comum .....	670
8.6.3.	Concurso entre fato do responsável e caso fortuito ou de força maior.....	672
8.6.4.	Concurso entre fatos do responsável e do lesado .....	673
8.6.5.	Causalidades concorrentes, ou complexas .....	676
a)	Causalidade colateral .....	677
b)	Causalidade concorrente propriamente dita.....	678
c)	Causalidade cumulativa.....	680
8.6.6.	Causalidade alternativa.....	681
8.7.	Pluralidade de responsáveis e solidariedade .....	683
a)	Plano das relações entre o lesado e os responsáveis..	684
b)	Plano das relações entre os responsáveis .....	686
8.8.	A causa virtual: causalidades interrompida e antecipada .....	688
8.8.1.	A causa virtual e sua irrelevância.....	688
8.8.2.	Situações mais complexas .....	690
8.8.3.	Causa virtual e extensão do dano a indenizar .....	694
8.9.	Dano, causalidade e responsabilidade por perda de chances..	695
8.9.1.	Caracterização da perda de chance.....	695
8.9.2.	Modalidades da perda de chance.....	713
8.9.3.	Perda da chance de obter uma vantagem (perda de chance clássica).....	716
8.9.4.	Perda da chance de evitar um prejuízo, por fato de outrem.....	721
8.9.5.	Perda da chance de evitar um prejuízo, por falta de informação.....	732
	<i>Referências Bibliográficas</i> .....	737
	<i>Índice Analítico</i> .....	749